

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Monografia:

Patentes militares: estratégia de ascensão social para pretos e
pardos – Minas Gerais, século XVIII

Gabriela de Andrade Ferreira

Juiz de Fora

2019

Gabriela de Andrade Ferreira

Patentes militares: estratégia de ascensão social para indivíduos de cor –
Minas Gerais, século XVIII

Monografia de final de curso elaborada sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Paula Pereira Costa, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Juiz de Fora
2019

À minha avó Neila, que sempre me encantou com suas histórias.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Marcos e Miriam, por todo apoio e incentivo dado durante todos esses anos. Obrigada por todo amor e cuidado que sempre dedicaram a mim, e por suportarem todas as minhas crises ao longo desses anos. Sem vocês, nada disso seria possível. Por isso, obrigada. Às minhas irmãs, que são minhas melhores amigas, Daniela e Isabela. Agradeço por todas as palavras de ânimo e de incentivo nos momentos em que tudo estava muito difícil e parecia impossível avançar. Também agradeço por comemorarem comigo cada vitória e por sempre terem paciência comigo nos meus momentos de estresse e surtos de loucura! Vocês são as melhores irmãs que alguém poderia ter. Aos meus avós, tios e primos, que estiveram comigo independentemente das circunstâncias, Obrigada pelo amor de vocês.

Obrigada, também, a amigos que encontrei nesses últimos quatro anos, quando entrei na UFJF. Um agradecimento especial a Carolina, Samuel e Gabriel, colegas de classe que se transformaram em amigos queridos, aqueles que estão conosco independente das circunstâncias. Sou grata pelas risadas, pelos consolos nos momentos difíceis e pelo companheirismo na sala de aula e fora dela. Também sou grata aos amigos que fiz no Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), quando entrei na Iniciação Científica (BIC), a partir do 4º período. Em especial, a Gyovana, que compartilhou comigo as dificuldades de transcrever documentos do século XVIII e tanto me ajudou no processo de escrita desta monografia e, também, nos momentos de dificuldades na escrita do projeto de pesquisa submetido ao PPGH da UFJF. E, também, a Beatriz que, com toda sua experiência, sabedoria e gentileza, também me auxiliou nesse processo e se tornou uma grande amiga. Obrigada a todos vocês!

Obrigada a professora e minha orientadora, Ana Paula. Primeiramente, suas aulas me fizeram olhar de uma forma diferente à realidade do Brasil Colonial, e me fizeram querer saber mais sobre esse mundo. Depois, por ter me apresentado a Iniciação Científica e a pesquisa do Brasil setecentista. Obrigada por cada correção, reunião para tirar dúvida, ajuda e incentivo nas dificuldades em definir o tema de minha pesquisa.

Ainda, não poderia deixar de agradecer aos amigos que fiz em Juiz de Fora, que me acolheram quando me mudei para esta cidade em uma fase conturbada da minha vida. Agradeço à Rúbia, por ser minha melhor amiga vizinha e se fazer presente nos momentos em que mais precisei de alguém ao meu lado. Obrigada por ser uma irmã para mim. Também agradeço à Rafaela, minha amiga psicóloga, que me acudiu em

tantos momentos nesses últimos anos. Obrigada por ler meus trabalhos, opinar sobre eles, me dar dicas e se preocupar comigo. Posso aceitar que a vida é dinâmica e tudo é passageiro, mas minha gratidão a você é permanente e, portanto, nunca vai mudar.

À Cláudia e Victor, um casal incrível que me faz querer avançar e ser melhor a cada dia. À Cláudia que, com todo carinho e paciência, tantas vezes ouviu minhas ideias e pedidos de ajuda quando tive dúvidas sobre tantas coisas. Ao Victor que, com sua inteligência fenomenal, virou praticamente meu co-orientador: leu diferentes versões de trabalhos que eu iria apresentar em eventos, opinou sobre eles e os revisou. Sou grata a vocês dois por tamanha amizade! Também não poderia deixar de agradecer à minha querida amiga Selminha que, nesse último ano, foi um suporte e amparo sem precedentes. Você é um exemplo e uma inspiração para mim, além de uma grande amiga. Digo, sem medo de errar, que não teria chegado aqui sem sua ajuda. Obrigada por persistir e não desistir de mim, mesmo quando eu mesma queria desistir.

Por fim, agradeço aos amigos que me aturam e estão comigo nessa jornada há muitos anos, meus amigos desde o ensino fundamental: Barbara, Beatriz, Fernanda, Giovanna e Uddhava. Sem vocês, eu não teria passado nem do 9º ano! Agradeço pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo, por cada risada e cada aprendizado que vocês proporcionam a mim. Embora longe, estão sempre perto nas minhas lembranças e no meu coração, e nada pode afastar uma amizade tão sincera. Em especial, à Fernanda, que esteve mais perto de mim quando fiquei doente e precisei trancar o curso. Você é muito especial para mim e o tamanho do seu coração me surpreende a cada dia. Obrigada por me ajudar a passar em Matemática, Química e Física durante tantos anos, e obrigada por continuar me ajudando, simplesmente ao permanecer comigo até hoje.

Agradeço, também, a alguns professores que marcaram minha vida quando estava na educação básica. Ao Marcos, meu professor de História no 7º ano e, depois, no Ensino Médio. Suas aulas transformaram minha forma de ver o mundo e me tornaram crítica. Obrigada por me conferir um olhar de historiadora! E, também, à Bianca, minha professora de Português no 9º ano e Ensino Médio. Seu profissionalismo e carinho em sala de aula chamaram minha atenção à importância de ser um Educador. Por isso, obrigada!

Sem a misericórdia, bondade, fidelidade e amor condicional de Deus, nada disso seria possível. Mesmo quando estava muito doente e achava que não conseguiria me formar, Deus me dava forças e me lembrava do propósito para o qual Ele me chamou: ser luz nesse mundo, assim como Jesus. Assim, sou grata à maravilhosa graça de Deus!

Resumo

Esta pesquisa pretende verificar se a integração de indivíduos pretos e pardos às tropas militares na Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, entre 1734 e 1780, foi permeada por um processo simultâneo de estigmatização e alargamento do horizonte de expectativas quanto às vias de mobilidade social intragrupal. Pretendemos entender como o oficialato colocava a mobilidade social no seu horizonte de possibilidades, cooperando, simultaneamente, à reprodução hierárquica do Antigo Regime. Para isso, utilizaremos fontes militares digitalizadas *online* do Arquivo Histórico Ultramarino para analisarmos o processo de referendação do estigma deste grupo enquanto *outsider*, e de abertura a possibilidades de mobilidade social intragrupal, até então não previstas nos quadros hierárquicos do Antigo Regime lusitano aos grupos em questão.

Palavras-chave: História Militar. Oficiais pretos e pardos. Mobilidade intragrupal.

Abstract

This research intends to verify if the integration of colored military people in troops of the Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, between 1734 and 1780, was followed by a simultaneous process of their stigmatization and the extension of their expectation horizon. Hence, this process is evaluated considering the ways of intragroup social mobility in the world of Portuguese America in the second half of the 18th century. In order to do this, our search is made with military sources found online on the Overseas Historical Archive website. From the reading, we will analyze the process of stigma of this group as an outsider, at the same time that were opened to them possibilities of social mobility, not allowed in the hierarchical frameworks of that society until then.

Keywords: Military History. Black and Brown military. Intragroup mobility.

Sumário

Introdução -----	10
Capítulo 1: Origens – historiografia militar e milícias de homens de cor -----	16
1.1 Institucionalização das milícias nos quadros da América portuguesa no século XVIII	
1.2 Da História Militar tradicional à Nova História Militar-----	19
1.3 Nova História Militar brasileira-----	21
Capítulo 2: Inserção de pretos e pardos nas tropas coloniais -----	23
2.1 Entre grupos outsiders e aproveitamento de brechas no sistema de normas do Antigo Regime nos trópicos -----	23
Capítulo 3: Estudos de caso -----	27
3.1 João Pinto Coelho e Manuel Cardoso Pinto – Capitães da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos -----	27
3.2 Francisco José de Aguiar – estratégias de negociação de um pardo que conseguiu galgar degraus da hierarquia estamental do Antigo Regime -----	31
3.3 O caso de João da Fonseca Barros – a luta para modificar o equilíbrio do poder:33	
3.4 Manuel Antônio dos Santos Rocha – estabelecido ou outsider no Antigo regime nos trópicos? -----	38
Considerações finais -----	40
Referências Bibliográficas -----	42
Fontes primárias -----	42
Bibliográficas -----	44

Introdução

Esta pesquisa pretende verificar se a integração de indivíduos pretos e pardos às tropas militares na Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, entre 1734 e 1780, foi acompanhada de um processo simultâneo de estigmatização e alargamento do horizonte de expectativas quanto às vias de mobilidade social intragrupal. O sistema do Antigo Regime português foi marcado pela compreensão do regime político enquanto corpo, no qual cada parte se autorregulava diferenciadamente. As mudanças de *status* eram legitimadas em instâncias da justiça; devido a isso, tal sistema foi marcado por escassas vias de mobilidade social. Contudo, no espaço colonial, houve uma adaptação à existência de grupos étnicos diversificados, considerando a aplicabilidade das leis a uma sociedade que contemplava africanos e seus descendentes.

Entendemos que a inserção de indivíduos pretos e pardos na instituição militar colocou a mobilidade e ascensão social intragrupal no horizonte de possibilidades daqueles que conseguiam acessá-la, constatando a ideia de que a sociedade estamental-escravista comportava, de fato, certa fluidez, pois ela enlaçava elites e grupos subalternos, incorporando egressos do cativo ao universo colonial. Ao gerar consenso social e referendar o *status quo*, tal organização cooperava à reprodução da ordem escravista na América portuguesa dos setecentos. Dessa forma, muitos indivíduos identificados nas documentações enquanto pretos e pardos obtiveram sucesso em suas tentativas de adquirir destaque na região mineira por meio da detenção de patentes militares – ainda que fossem limitadas e exigissem deles esforço por um longo tempo.

Logo, a análise da inserção e mobilidade intragrupal desses homens dentro da pirâmide social do Antigo Regime elucidada como as esferas de poder e a hierarquia não se resumiam à relação dicotômica poder central-local. Isso demonstra a complexidade e necessidade de melhor compreensão de tal realidade do Antigo Regime adaptado às especificidades coloniais. Portanto, por um lado, a mobilidade social mantinha regras sociais dadas em negociações entre subalternos e elites dirigentes. Por outro, abria fissuras na sociedade estamental-escravista, pois esta necessitava de certa elasticidade para se preservar.

O estudo em questão se circunscreveu à região da Comarca do Serro Frio, no período de 1734 a 1780. Com relação ao recorte cronológico da pesquisa, o marco inicial representa o início do estabelecimento do Distrito Diamantino. Esta região, também conhecida como Demarcação Diamantina, foi definida em 1734 a partir do

momento em que a Coroa portuguesa procurou intensificar a fiscalização e cobrança de impostos na localidade onde se encontravam os diamantes. Nesse sentido, tomaram providências com a finalidade de melhor vigiar e policiar o imbricado complexo de caminhos e trilhas que se expandia, devido ao avanço territorial e demográfico na localidade. Esta tentativa de intensificar o controle resultou, por sua vez, no aumento das tensões econômicas, sociais e políticas. A partir de 1745, a Coroa instituiu os chamamos “registros”, a fim de aumentar seu controle sobre o território da Demarcação Diamantina e diminuir o afluxo da população não ligada diretamente à exploração dos diamantes. A partir dos registros, a entrada na Demarcação passou a ser controlada, sendo permitida apenas em locais previamente determinados pela autoridade régia.

No contexto de intensificação da presença militar no Distrito Diamantino, encontram-se as tropas militares que foram ocupadas por africanos e seus descendentes. Esses indivíduos contaram, portanto, com maiores possibilidades de ocupação de postos dentro do universo bélico nessa localidade, sendo preciso entender melhor em que proporção isso se deu, bem como os benefícios e dilemas engendrados nesse processo.

Já o recorte final se justifica pelo contexto de reestruturação militar iniciado em Portugal a partir de 1762, devido ao seu envolvimento na Guerra dos Sete Anos. A Reforma Militar lusitana, coordenada pelo Conde de Lippe, foi orquestrada em todo o império lusitano e se refletiu na América portuguesa, sobretudo a partir da década de 1760. No que diz respeito à capitania de Minas Gerais, consideramos alguns fatores como de maior importância, especialmente no que diz respeito às tropas militares compostas por africanos e seus descendentes.

Nesse sentido, damos destaque, em primeiro lugar, ao fato de a tensão luso-castelhana da década de 1760 ter se prolongado na América. Diante da dominação espanhola no sul da América portuguesa (1763-1776), a Coroa tomou várias medidas para elevar a capacidade defensiva do Brasil, como a promulgação da carta régia de 22 de março de 1766, responsável por reformar as milícias nos âmbitos da disciplina, competência e ampliação dos corpos, formalizando as tropas de pretos e pardos na colônia. Devido à inviabilidade econômica da Coroa em constituir tropas pagas, foram criados vários regimentos de Auxiliares e de Ordenanças, por serem gratuitos e organizados a partir de critérios étnico-raciais¹.

¹SILVA, Bruno Cezar Santos da. **A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750-1777)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho 2011, p. 8.

Acerca disto, Christiane Pagano de Melo destaca o fato de as tropas de Ordenanças e de Auxiliares não serem compostas de soldados profissionais, mas de moradores, geralmente pequenos agricultores, que, quando se fazia mister, deixavam suas lides para acudir às necessidades militares, sendo até mesmo chamados de “paisanos armados”². Sobre as funções gerais atribuídas a cada tropa, a autora ressalta que:

“Os auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estivessem designados e, enquanto nelas permanecessem mobilizados, receberiam tal qual os soldados pagos [...]. Com funções militares restritas, as tropas de Ordenanças serviriam na pequena guerra, local e circunscrita, estando submetidas a exercícios periódicos e a duas mostras gerais por ano. Pretendia-se, assim, manter a população militarmente útil, ainda não alistada nas tropas de linha ou nas de auxiliares habituadas à ordem de combate.” (2012, p. 105-106)

Portanto, o cenário militar colonial que verificamos a partir da década de 1760 é marcado pela necessidade da Coroa em militarizar a sociedade da América portuguesa, a fim de defender a integridade de seu território diante do perigo das invasões espanholas no sul de seus domínios. Contudo, era inviável converter todos os habitantes em soldados profissionais, visto a inviabilidade econômica, em termos de despesas, e os incalculáveis prejuízos da paralisação das atividades produtivas. Sendo assim, a solução encontrada para superar esse impasse foi a criação de uma tropa formada por soldados com certa qualidade, segundo o conde de Lippe, “*anfibia*”: soldados “meio paisanos, meio militares”³.

Destarte, a fim de empreender sua política militar de ampliação dos efetivos, é imprescindível mencionarmos a carta régia de 22 de março de 1766, de suma importância a formalização e expansão dos efetivos militares de pretos e pardos. Acerca dela, Luiz Geraldo Silva, Fernando Prestes de Souza, e Leandro Francisco De Paula⁴ dizem que:

“conforme a carta régia, os governadores deveriam nomear ‘oficiais competentes’ para ‘disciplinar cada um dos ditos terços’. Estes teriam alguns privilégios [...]. Nem se tratava de constituição de exércitos profissionais, nem de tropas remuneradas, armadas e fardadas pela Coroa. Cabia aos colonos arcar com tais despesas, conciliando suas

²MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. In: MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 105-106.

³Ibid, p. 111.

⁴SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de. **A Guerra Luso-Castelhana E O Recrutamento de Pardos e Pretos**: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo E Pernambuco, 1775-1777). Revista Brasileira de Ciências Sociais – 2007, vol. 13 nº 38.

fazendas e engenhos, no caso das ordenanças, ou seus ofícios mecânicos e seu trabalho na lavoura de mantimentos, no caso dos auxiliares, com a prestação de serviço militar. Ser militar dos terços auxiliares ou das ordenanças era, pois, necessariamente, ter privilégios e ser senhor de escravos.” (2007, p. 70).

Sendo assim, a carta régia em questão provocou grande impacto sobre a sociedade colonial, considerando que mobilizou números excessivos de pessoas às hostes militares. Sobretudo, quando os conflitos nas regiões meridionais se intensificaram na década de 1770, medidas ainda mais específicas foram tomadas em relação aos “pretos” e “pardos”. Essa medida teve grande impacto, principalmente, na região do Distrito Diamantino. Pois, em Minas Gerais, residia uma numerosa camada social formada por negros, uma vez que, também, ali se fixara desde meados do século XVIII, o maior número de cativos da América portuguesa. Dessa forma, falar da ampliação dos efetivos militares, nessa região, é falar da ampliação de tropas militares de pretos e pardos, algo que reestruturou essa sociedade e se fazia mister à necessidade apresentada pela Coroa de aumentar o controle sobre a região diamantina⁵.

Por fim, o marco de 1780 é representado pelo fim do mandato de Dom Antônio de Noronha, nomeado pelo Marquês de Lavradio ao posto de governador de Minas em 1774. Noronha foi o principal responsável pela reestruturação militar da capitania de Minas Gerais, reformulando os corpos militares existentes na capitania, incluindo aqueles formados por africanos e seus descendentes, além de intensificado o recrutamento militar na região abordada nesta pesquisa. No ano do decreto régio de 1766, o governador da capitania de Minas Gerais era Luís Diogo Lobo da Silva. Logo que soube da ordem real, buscou colocá-la em prática, expedindo aos capitães-mores uma carta circular. A partir de 1775, nova ordem régia foi expedida. Nesse tempo, o governador de Minas Gerais já era Dom Antônio de Noronha, um militar de renome em Portugal e amigo pessoal do vice-rei do Estado do Brasil, marquês de Lavradio. Exigiu-se dele a reforma de todos os corpos de auxiliares da capitania, a criação de regimentos de cavalaria auxiliar e regular, além de uma reforma dos terços de pretos e pardos, os quais se encontravam, em 1775, bastante desmobilizados⁶.

Destarte, a conquista da patente militar possibilitou a muitos indivíduos inseridos nesse contexto a adquirirem lugar de destaque na região mineira, sobretudo na localidade da Comarca do Serro Frio, durante o período da Real Extração aqui

⁵Op. cit., p. 71, 79.

⁶Ibid, p. 76-77.

destacado. Devido à descoberta de diamantes, a região atraiu grande contingente populacional. Cada uma dessas especificidades é importante para entendermos o processo de formação de um ambiente propenso à articulação social que possibilitava a inserção de indivíduos como pardos e pretos em posições de maior influência e poder.

Acerca das fontes que foram utilizadas ao desenvolvimento desta pesquisa, englobamos fontes militares, tais como: requerimentos do oficialato, cartas patentes e provisões, que nos auxiliaram a verificar como tais oficiais eram apresentados e como se apresentavam nas determinadas fontes; se pediam mercês e se as receberam, entre outros aspectos. Tudo isso nos possibilitou enxergar o processo simultâneo de referendação do estigma deste grupo enquanto *outsider*, ao mesmo tempo em que se abriam possibilidades de mobilidade social até então não previstas nos quadros hierárquicos do Antigo Regime lusitano. Todo o acervo documental mencionado está disponível *online* no site do Arquivo Histórico Ultramarino (www.resgate.bn.br).

Ainda, é importante destacar que tal estudo compreendeu parte das análises que surgiram a partir de dois projetos de iniciação científica, ambos coordenados pela Professora Doutora Ana Paula Pereira Costa. O primeiro deles, do qual fui bolsista entre 2017 e 2018, intitulado “Relações entre universo militar colonial, escravidão e Antigo Regime: africanos e seus descendentes e sua mobilização bélica. Comarca de Serro Frio, século XVIII”, proporcionou o aprimoramento dos conhecimentos acerca da divisão e hierarquização das tropas militares de africanos e seus descendentes na localidade em questão, durante o século XVIII. O melhor conhecimento acerca de quais tropas eram ocupadas pelos referidos grupos, assim como sua proporção, nos auxiliou no avanço da pesquisa no sentido de melhor entender a inserção desses indivíduos no universo bélico e a lógica de suas petições e respectivos provimentos de postos.

Destarte, a iniciação científica intitulada “Oficialato e estratégias de afirmação social de africanos e seus descendentes em perspectiva atlântica. Distrito Diamantino, Minas Gerais (1734-1780)”, da qual fui bolsista no período de 2019, contribuiu no avanço do conhecimento da relação entre universo militar e escravidão no século XVIII na região investigada em perspectiva atlântica, além do melhor entendimento acerca dos critérios de mobilidade social facultada a pretos e pardos através da ocupação de postos militares – que lhes possibilitaram o afastamento gradual das máculas da escravidão. Estas descobertas, por sua vez, reiteram o alto nível de importância da pesquisa acadêmica desenvolvida nas universidades públicas, referendando o quanto a produção

do conhecimento científico público e de qualidade é imprescindível ao desenvolvimento intelectual de nossa sociedade brasileira.

Por fim, as discussões realizadas pelo grupo de estudos de História Militar e dos aspectos metodológicos abordados no grupo de estudos do LAHES da UFJF também foram fundamentais para o resultado final deste trabalho. Em especial, a coordenação e instrução da doutoranda do PPGH da UFJF, Pâmela Campos.

Capítulo 1

Origens – historiografia militar e milícias de homens de cor

1.1 Institucionalização das milícias nos quadros da América portuguesa no século XVIII

Organizadas em Portugal em 1643 durante o reinado de Dom João IV, as milícias foram instituídas na capitania de Minas Gerais em 1709 e estavam associadas à necessidade de controle da ordem pública⁷. Já na segunda metade do século XVIII, o envolvimento de Portugal em conflitos como a Guerra dos Sete Anos tornou evidente alguns problemas fulcrais para o reino, a saber, a precariedade de suas forças armadas. Diante disso, foi realizado a partir de 1762 um conjunto de reformas militares operacionalizadas pelo Conde de Lippe⁸, juntamente com outros oficiais de alta patente que permaneceram em Portugal a pedido de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

Nesse contexto, a Coroa portuguesa empreendeu no Brasil um conjunto de medidas que tinha o intuito de elevar a capacidade defensiva do Brasil. A proposta de diminuir a vulnerabilidade da colônia se articulava ao projeto de racionalização pombalino, calcado no enrijecimento do poder monárquico nos domínios coloniais. Paralelamente, Pombal também incentivou a agregação dos grupos sociais marginalizados (negros forros, pardos e índios), tornando-os igualmente súditos por meio de sua integração a corpos militares e outras instituições coloniais, como confrarias religiosas e irmandades⁹. Devido aos problemas financeiros enfrentados pela Coroa naquele momento – causados, dentre outros fatores, pelos gastos fomentados pelo envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos – foram criados no Brasil vários regimentos auxiliares, caracterizados por serem gratuitos e organizados através de critérios étnico-raciais.

⁷COSTA, Ana Paula Pereira. **Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 44.

⁸Com a entrada efetiva de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) no ano de 1761, a fronteira portuguesa passou a ser assediada por tropas franco-espanholas. Dada a precariedade das forças armadas, a defesa do território se resumiu a mobilização popular e auxílio dos britânicos. Nesse contexto, Wilhelm de Schaumburg-Lippe Buckburg (conde nascido na Inglaterra) era um marechal de campo, mandado a Portugal pelo rei Jorge I. Diante de seu auxílio nas estratégias operacionais da defesa portuguesa durante os embates na ocasião da guerra, este sujeito foi convidado a permanecer em Portugal, a fim de efetuar uma verdadeira reforma na estrutura militar portuguesa. Para mais detalhes, ver: SILVA, Bruno Cezar Santos da. **A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750-1777)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho 2011, p. 6.

⁹Ibid, p. 7-9.

Ademais, a carta régia de 1766 foi responsável por reformar as milícias nos âmbitos da disciplina, competência e ampliação das tropas, formalizando as milícias negras e mestiças na colônia. Sua promulgação foi resultado de um desdobramento das reformas militares realizadas pelo Conde de Lippe em Portugal e também da necessidade de se reforçar os efetivos militares em função dos conflitos com os espanhóis no sul das possessões portuguesas na América. Dada sua grande relevância à legitimação e instrumentalização das tropas de pardos e pretos na colônia, segue a descrição da carta encaminhada aos governadores e capitães-generais da América portuguesa:

Sendo informado da irregularidade e falta de disciplina a que se achavam reduzidas as tropas auxiliares dessa capitania e entendendo que estas sendo reguladas e disciplinadas como devem ser, consiste uma das principais forças que tem a mesma capitania para se defender, sou servido mandar alistar todos os moradores das terras da vossa jurisdição que se acharem no estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos e a proporção dos que tiver uma das referidas nações formeis os terços auxiliares e ordenanças, assim de Cavalaria como de Infantaria que vos parecem mais próprios para a defesa de cada uma das Comarcas desta Capitania criando os oficiais competentes e nomeando para disciplinar cada um dos ditos terços por um sargento-mor escolhido entre os oficiais das tropas pagas, que vos parecerem mais capazes, que vencerão o mesmo soldo que vencem os outros sargentos-mores das tropas regulares desta Capitania, pago na mesma forma pelos rendimentos das câmaras dos respectivos distritos¹⁰.

Sendo assim, esta carta régia foi um divisor de águas para a formalização dessas milícias e, por fim, destacou a importância de os Corpos Auxiliares serem equipados com armamento do mesmo padrão e igual calibre¹¹. A ordem, que legitimava a formação de tropas “sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”, institucionalizou esse espaço de apropriação e aproveitamento de brechas na sociedade colonial, cooperando ao aumento, ainda que limitado, da possibilidade de mobilidade social dada a esses sujeitos que, agora, passavam a contar com uma justificativa legal para a ocupação de determinados postos nas tropas militares.

¹⁰O trecho da carta régia de 1766, aqui destacado, foi retirado da transcrição encontrada na obra de: COTTA, Francis Albert. **Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 66. A cópia da carta régia enviada à capitania de Minas Gerais pode ser encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino a partir da seguinte referência: AHU-MG, Cx, 85, Doc. 42.

¹¹Ibid, p. 65.

Entretanto, a gênese das milícias de pardos e pretos livres na colônia brasileira coincide com o processo de enraizamento social desses sujeitos nessa localidade. Sua institucionalização foi conquistada a duras penas ao longo do século XVIII e implicou na criação de um grupo social numeroso, influente, vinculado a agricultura de subsistência, ao artesanato, e altamente comprometido com a escravidão, visto muitos serem pequenos proprietários de cativos. Embora resultado de um processo social não planejado, a gênese dessas milícias foi dotada de coerência e estrutura, apresentando variações por localidades que decorriam tanto da estrutura e volume do tráfico de escravos quanto da integração de africanos e seus descendentes livres em capitânicas específicas¹².

Ao mesmo tempo, a gênese social dessas milícias foi caracterizada por uma psicogênese. Tal conceito é articulado pelo autor Luiz Geraldo Silva ao analisar a gênese de milícias de pardos e pretos em Pernambuco e Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII. Isso significa que esses homens de cor acabavam se distinguindo dos demais a partir da formação de uma identidade coletiva própria (que o autor denomina como *self*) mediante traços de distinção, como fardas, armas e barretes. A forma de compreensão própria desses sujeitos teria sido acompanhada da formulação de uma identidade que era também compreendida pelas autoridades coloniais¹³. Portanto, a formação desta psicogênese teria tornado possível aos milicianos controlarem a si mesmos ao mesmo tempo em que afirmavam sua lealdade e identidade com a defesa da ordem do Antigo Regime na América¹⁴.

Com isso, muitos indivíduos de cor adquiriram lugar de destaque na região mineira através da posse de patentes militares, ainda que fossem limitadas e exigissem deles esforço por um longo tempo. Assim, constituíam uma mobilidade social caracterizada por uma ascensão intragrupal. A mobilidade social é aqui considerada em seus traços estamentais, profundamente hierarquizada em termos jurídicos e sociais. Para esses grupos, o principal referencial de mobilidade social era o distanciamento da escravidão. Tal aspecto marcava a distinção entre escravos, forros e livres; a transposição de uma categoria jurídica a outra, além do posterior afastamento do passado escravo eram importantes passos na hierarquia, cooperando para tal mobilidade.

¹²Idem.

¹³SILVA, Luiz Geraldo. **Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa**: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. Revista de História São Paulo, nº 169, julho/dezembro 2013, p. 11.

¹⁴SILVA, op. cit, p. 10-11.

Esta, por sua vez, contribuía à manutenção das hierarquias existentes, pois preservava a deferência e assimetria entre os grupos nas negociações entre subalternos e elites dirigentes¹⁵. Por isso, ela ocorria horizontalmente na pirâmide do Antigo Regime, e não verticalmente, já que a mobilidade era permeada por limitações.

Nesta perspectiva, utilizaremos documentos digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à comarca do Serro Frio, Minas Gerais, entre 1760 e 1785. Dentre as transcrições de cartas patentes de homens de cor realizadas durante um projeto BIC da UFJF¹⁶, foram selecionados documentos referentes a três sujeitos diferentes. Tratam-se, portanto, de notas preliminares de caráter introdutório ao tema dos estudos militares dessas tropas de cor, tendo em vista a impossibilidade, por ora, de lançar mão de outros corpos documentais que permitissem analisar tal mobilidade social em sentido mais amplo. Mesmo assim, a partir da documentação que será apresentada, é possível lançar um olhar sobre o universo da mobilidade para homens de cor dentro do âmbito militar, ainda que de forma fragmentada.

Isto posto, será apresentado previamente um balanço historiográfico, a fim de contextualizar os estudos de História Militar no Brasil, bem como explicar as bases metodológicas nas quais este trabalho se baseia.

1.2 Da História Militar tradicional à Nova História Militar

Embora a História Militar se configure enquanto gênero antigo na historiografia, predominante durante o século XIX, esse tipo de abordagem foi por muito tempo negligenciado, sobretudo a partir da década de 1950 com o advento de análises estruturalistas na produção do conhecimento histórico. Até então, essa História Militar tradicional privilegiava uma narrativa moralista fundamentada na descrição factual de batalhas a partir de um culto aos heróis, desconsiderando qualquer tipo de problematização ou reflexão acerca desses objetos. A compreensão comportamental dos

¹⁵GUEDES, Roberto. **De ex-escravo a elite escravista**: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351.

¹⁶Projeto intitulado “Relações entre universo militar colonial, escravidão e Antigo Regime: africanos e seus descendentes e sua mobilização bélica. Comarca de Serro Frio, século XVIII”. Nesse projeto, fui bolsista sob coordenação da professora Ana Paula Pereira Costa. As discussões fomentadas nas reuniões dos grupos de estudo de História Militar e do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da UFJF também cooperaram à parte da estruturação deste trabalho.

contextos social, político, econômico e cultural não se constituía enquanto interesse principal dos que estudavam essas instituições militares¹⁷.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância dessa abordagem nos processos de consolidação e legitimação dos Estados Nacionais durante o século XIX. Havia uma relação intrínseca entre a História Geral e a História Militar, o que predominou até a primeira metade do século XX. Quando as querelas em torno da cidadania tornaram-se mais passíveis de discussão do que as questões de legitimação do Estado, a demanda historiográfica passou a se concentrar em uma História Social. Devido à falta de renovação teórica e metodológica da História Militar e a dificuldade em desvinculá-la de fenômenos políticos, as críticas à História Política foram automaticamente associadas aos estudos de acontecimentos militares, cooperando ao abandono do interesse por esse eixo temático durante esse período¹⁸.

Além disso, as transformações verificadas pelo conhecimento histórico na primeira metade do século XX incentivaram a perda de espaço da História Militar na Academia. A ascensão de uma História Econômica serial e quantitativa de longa duração contribuiu à discriminação da História Militar que, até então, se baseava em eventos de curta duração e em uma perspectiva política.

Todavia, a partir da década de 1980, tanto a História Política quanto a História Militar começaram a se ressignificar e a se reestruturar, voltando a serem vistas como ferramentas centrais de estudo a partir de alguns fatores. A aproximação da História com a Antropologia e a Teoria Social, bem como a influência da micro-história italiana, possibilitou novos métodos, abordagens e objetos à historiografia¹⁹. A difusão dos conceitos de relativismo e subjetivismo, somadas a uma valorização e preocupação com questões individuais e de representação de grupos até então negligenciados pela historiografia levaram a essa mudança historiográfica responsável pelo “retorno” da História Política e do tema militar às pesquisas, porém adequados à História Social²⁰.

¹⁷MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **A Escrita da Guerra**. In: Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 16.

¹⁸JUNIOR, Renato Jorge Paranhos; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **História Política, História Social e História Militar**: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum. Revista Brasileira de História Militar, ano III, n. 8, p. 86.

¹⁹Ibid, p. 88.

²⁰MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Esboço crítico da historiografia militar brasileira**. Escritas, vol. 5, n. 1, p. 105-107.

A partir desse deslocamento de percepção do conhecimento histórico, a Nova História Militar emerge dotada de um novo horizonte técnico e metodológico, pautada em uma organização aproximada aos paradigmas da nova historiografia francesa, deixando de lado as narrativas militares tradicionais. A profissionalização dos historiadores em pós-graduações passou a fomentar pesquisas revisionistas que superaram a História Militar tradicional²¹, levando à compreensão de que os fenômenos militares não devem ser analisados por si só²², mas devem considerar as relações entre o indivíduo e a sociedade, tendo em vista o estabelecimento de redes sociais destes e seus objetivos ao tomar cada uma de suas decisões.

1.3 Nova História Militar brasileira

A historiografia brasileira não ficou alheia às modificações teóricas e metodológicas proporcionadas principalmente pela Nova História francesa e pela micro-história italiana. A maior integração entre a historiografia nacional e a internacional propiciou a entrada de estudos mais recentes no país que permitiram revisar ou investigar novos e antigos objetos dos períodos colonial, imperial e republicano brasileiro. Acerca do período colonial, uma das mudanças mais importantes refere-se às críticas em torno da análise historiográfica marxista predominante enquanto eixo teórico e metodológico na compreensão da colônia brasileira até a década de 1970²³, a qual deu lugar a uma produção que, segundo Silvia Lara, buscou pensar as relações entre Portugal e seus territórios ultramarinos a partir de suas conexões²⁴. Partindo desse pressuposto, surge uma noção mais abrangente de império, que possibilitaria, através das redes de sociabilidades, a coexistência de múltiplos mundos e lógicas políticas que permitiram a sobrevivência desse poder colonial, mesmo sendo ele frágil²⁵.

Segundo António Manuel Hespanha, essa renovação da História Militar se dá não só na abordagem de novos temas, mas também no enfoque de assuntos tradicionais diante de uma nova metodologia. Dessa maneira, os ofícios militares passam a ser vistos como importante instrumento de hierarquização e inserção das elites locais e outros estratos sociais na ordem política do Antigo Regime, que tinha como base a

²¹MORAIS, op. cit., p. 105-106

²²MOREIRA e LOUREIRO, op. cit., p. 16

²³MORAIS, op. cit., p. 104

²⁴LARA, Silva Hunold. **Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa**. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 94.

²⁵Ibid, p. 96-97.

desigualdade social. Sob o âmbito nacional, a análise dos militares mostra-se importante por permitir enxergar as relações com a Coroa, bem como suas negociações, canais de comunicação e defesa de interesses, sendo, portanto, fundamentais ao entendimento do elo entre Portugal e a periferia²⁶.

Aplicado à renovação dos objetos da História Militar e associando-os aos estudos de africanos e seus descendentes inseridos em ofícios militares no Brasil, infere-se que, da mesma forma que as relações entre poder central e local davam-se através de redes de sociabilidades, a concessão de patentes militares a esses indivíduos funcionava, entre outros, como um fator de negociação que beneficiava o sujeito negligenciado pela hierarquia estamental do Antigo Regime, proporcionando-lhe certa mobilidade social²⁷. As especificidades da capitania aqui analisada (a de Minas Gerais) devem ser destacadas, pois ainda que a preocupação com a ordem interna também estivesse presente nas políticas militares de outras capitanias durante o período colonial, esse aspecto se sobressaiu em Minas Gerais, dentre outras particularidades associadas ao campo militar²⁸.

Assim, conclui-se nesse breve balanço historiográfico que, diante da renovação dos estudos sobre História Militar no Brasil, é possível entender a ocupação de determinados postos militares por indivíduos de cor como um aproveitamento das possibilidades apresentadas por essa sociedade que, por sua vez, era repleta de incoerências. Dentro de suas redes de possibilidades, esses sujeitos buscavam se inserir em ofícios militares com o intuito de alcançar a tão almejada ascensão social, ainda que fosse intragrupal e não vertical. Portanto, sua inserção nesses corpos militares era permeada por aspectos estratégicos e, diante dos estudos da Nova História Militar brasileira, é possível conhecer melhor essas estratégias e suas motivações.

²⁶MOREIRA e LOUREIRO, op. cit, p. 17-22.

²⁷COTTA, Francis Albert, op. cit, p 65.

²⁸Ibid, p. 44-45.

Capítulo 2

Inserção de pretos e pardos nas tropas coloniais

2.1 Entre grupos outsiders e aproveitamento de brechas no sistema de normas do Antigo Regime nos trópicos

Partindo da hipótese de Norbert Elias de que a sociodinâmica da relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos e *outsiders* é determinada por sua forma de vinculação, e não por qualquer característica que os grupos tenham, independentemente de qual seja²⁹, chega-se ao entendimento de que a hierarquização e diferenciação social dos grupos étnicos encontrados no Brasil colonial durante o período analisado do século XVIII não levavam em consideração aspectos biologizantes, tendo em vista o fato de que as teorias raciais viriam a se propagar, sobretudo, a partir do século XIX. Logo, ainda que haja diferenças de aparências físicas e outros aspectos biológicos, eles serviam apenas como um sinal de reforço que, por sua vez, cooperava ao melhor reconhecimento da condição do grupo já colocado previamente como *outsider*³⁰. Consequentemente, o processo de criação de um estigma que marcou, principalmente, os indivíduos de cor na sociedade estamental da América portuguesa, pautou-se em uma fantasia coletiva criada pelo grupo dominante – determinado, essencialmente, por aqueles que detinham em sua ascendência a maior distância possível da marca da escravidão. Tal criação, por sua vez, justificava a aversão em relação ao grupo identificado como *outsider*, ressignificando o estigma social em um material³¹.

Na América portuguesa do século XVIII, especialmente na localidade analisada de Minas Gerais, entende-se que o grupo social identificado como dominante preocupou-se, a todo o momento, em se legitimar a partir da implantação de estratégias que referendavam seu lugar dominante. A região da comarca do Serro Frio, localidade analisada neste trabalho, era uma das quatro divisões administrativas da capitania de Minas Gerais. A Vila do Príncipe era o centro administrativo dessa comarca. Tal região, conhecida por abranger o Vale do Jequitinhonha, teve sua ocupação iniciada no início do século XVIII, associada à exploração do ouro e, já a partir do fim da década de 1720, ao diamante encontrado em torno da região do arraial do Tejuco. Devido à descoberta

²⁹ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders**. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 32.

³⁰Ibid, p. 32.

³¹Ibid, p. 35.

de diamantes, a região atraiu grande contingente populacional. Além disso, ficou caracterizada como o sustentáculo da economia local durante todo esse período³². Dadas as devidas especificidades da localidade, é importante levar em conta cada uma dessas características para entender o processo de formação de um ambiente propenso à articulação social que possibilitava a inserção de indivíduos como pardos e pretos em posições de maior influência e poder, tendo em vista aspectos como o contingente populacional da localidade e a necessidade de criar uma estrutura que desse conta da importância econômica da região, especialmente a partir da segunda década do século XVIII.

Além disso, também deve-se considerar a constituição do Império Português sob a égide da monarquia pluricontinental, na qual havia um só reino (o de Portugal), uma só aristocracia e várias conquistas. Essa monarquia passou a se constituir de grupos locais (espalhados pelo império) que dependiam do reconhecimento e do aval constitucional da Coroa para manter suas posições sociais diante das sociedades em que viviam. Com isso, formou-se um cenário no qual Coroa e ultramar dependiam um do outro para se organizar como áreas de poder, passando a ter suas prerrogativas e jurisdições reiteradas e reforçadas devido aos vínculos articulados, compondo, assim, o conjunto imperial³³. Diante dessa perspectiva, verifica-se na integração de indivíduos de cor nos corpos militares da sociedade colonial brasileira o que Elias chamou de “vínculo duplo”, constituído a partir do momento em que os grupos *outsiders* tornam-se necessários, de algum modo, aos grupos estabelecidos quando aqueles têm alguma função para estes³⁴.

O fenômeno da autonomia e do autogoverno das comunidades foi inevitável à estruturação e consolidação de todo esse império, estabelecendo-se, principalmente, no âmbito do poder local. Como resultado, surge um universo improvável para os fidalgos moradores do reino, mas que é também resultado da noção corporativa da sociedade da Época Moderna, de suas fraturas nos trópicos e de sua vivência na conquista³⁵.

³²FURTADO, Júnia Ferreira. **A história do Vale do Jequitinhonha**. Cadernos do LESTE, vol. 1, set. de 2018, p. 77-78.

³³FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos Trópicos a Na Trama das Redes**. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na Trama das Redes: Política e negócios no império português, século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 19.

³⁴ELIAS e SCOTSON, op. cit., p. 33.

³⁵FRAGOSO e GOUVÊA, op. cit., p. 16-18.

Portanto, o que se verifica na constituição da América portuguesa no século XVIII, mais especificamente na região e período analisado, é o mundo social classificado por Barth como não perfeitamente integrado, dotado de um sistema de normas fissurado e repleto de incoerências. A heterogeneidade, presente em qualquer sociedade, levou a uma transformação das referências teóricas vindas do Antigo Regime europeu e utilizadas pelos conquistadores nos trópicos. Houve, portanto, a invenção de uma nova sociedade a partir da interação desigual entre a concepção corporativa e os valores trazidos pelos vários grupos sociais diferentes que ali chegaram³⁶, possibilitando a inserção de grupos identitários não previstos anteriormente por serem tão múltiplos e diversos como, por exemplo, africanos e seus descendentes. Esses sujeitos, libertos ou livres, buscavam melhorar sua condição de vida mediante as regras pré-estabelecidas.

Diante disso, a tentativa de inserção em cargos ou posições de influência, como as irmandades, as câmaras, o senhorio e o universo militar, dentre outros, significou um entendimento próprio desses sujeitos da ampliação de sua “gama dos possíveis” mediante as brechas apresentadas pelo próprio sistema no qual viviam, ainda que este fosse sempre em número finito³⁷. Ainda assim, isso representou um alargamento do horizonte de expectativas desses indivíduos de cor³⁸, uma vez que, no caso militar, a conquista da patente abria caminho para uma relativa e gradual mobilidade social, graças a promoções e outras vantagens inerentes aos cargos que exerciam³⁹.

De fato, o que se observa no desenvolvimento das relações sócio-políticas da colônia é a constatação de que suas urgências e especificidades levaram a uma constante reestruturação e conseqüente adaptação do chamado *tripé clássico* da organização militar portuguesa. Além da necessidade apresentada pela colônia em incorporar esses indivíduos nos ofícios militares devido à insuficiência das tropas de primeira linha, eram atribuídas a eles, muitas vezes, as funções que outros corpos, hierarquicamente e socialmente mais valorizados, se recusavam a prestar. Dessa forma, coube principalmente a africanos e seus descendentes, fossem cativos ou libertos, entrar em matos, em lugares trincados e de difícil acesso, a fim de patrulhar estradas e buscar

³⁶Ibid, p. 16.

³⁷ROSENAL, Paul-André. **Construir o “macro” pelo “micro”**: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 159.

³⁸ KOSELLECK, Reinhart: **“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”**: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

³⁹COTTA, op. cit., p. 89.

aquilombados, índios bravos, facinorosos e assaltantes que atacavam vilas e arraiais, por serem os mais qualificados para identificar os rastros e vestígios deixados⁴⁰.

Destarte, infere-se que a monarquia pluricontinental, entendida como o produto resultante de uma série de mediações empreendidas por diversos grupos espalhados no interior do império, só pode se tornar uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo território em busca de oportunidades de acrescentamento social e material. Portanto, deve-se partir desse ponto de vista para, então, entender o comportamento como a posição particular de cada membro da população estudada, e não mais como a consequência mecânica da obediência a uma norma⁴¹, sendo este um elemento importante na análise comportamental.

A mudança no entendimento dos comportamentos individuais permite pensá-los como não determinados mecanicamente, já que a incerteza no nível da troca interindividual não é incompatível com regularidades comportamentais. Antes, a lógica das decisões reflete o uso da margem de manobra disponibilizada a cada um em uma dada situação, dentro do seu universo de possíveis⁴². Barth, ao articular a noção de “gama dos possíveis”, nos permite pensar como os valores definem o conteúdo do que, para os agentes, representa ganhos e perdas, uma vez que estes se refletem em suas ações. Nesse sentido, é importante sempre lembrar que as possibilidades abertas aos atores são sempre em número finito, e os indivíduos analisados, ao se inserirem na instituição militar, rompiam com antigas prescrições, dentre elas a de que oficiais militares deveriam ter sangue limpo, avós de linhagem pura e pele branca⁴³.

A chamada economia do dom e contra-dom – também conhecida como economia de mercês – não foi pensada, inicialmente, para comportar grupos étnicos e identidades múltiplas, como aquelas encontradas no Brasil colonial, sobretudo a partir da intensificação do tráfico negreiro a partir do século XVII. Dessa forma, suas brechas levaram à incorporação estrategista bem articulada desses agentes ativos, levando, em vários casos, a sua ascensão intragrupal na pirâmide do Antigo Regime, como será apresentado a seguir.

⁴⁰Ibid, p. 65.

⁴¹ROSENTAL, op. cit., p. 155.

⁴²Ibid, p. 158-159.

⁴³COTTA, op. cit., p. 105.

Capítulo 3

Estudos de caso

3.1 João Pinto Coelho e Manuel Cardoso Pinto – Capitães da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos

As fontes sobre João Pinto Coelho compreendem um contingente de seis documentos localizados no Arquivo Histórico Ultramarino, entre os anos de 1754 e 1785. Das seis documentações encontradas, cinco delas dizem respeito a petições e/ou confirmações desse sujeito em diferentes postos militares. A primeira carta patente localizada no AHU data de 26 de junho de 1769, expedida pelo Conde de Valadares. Nela, João Pinto Coelho foi nomeado capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos da Vila do Príncipe, Comarca do Serro Frio⁴⁴. Nesse sentido, é interessante analisar o trecho no qual é nomeado:

Atendendo a boa fidelidade, zelo e aptidão com que se portará no real serviço, faço Pinto Coelho, homem pardo, e esperar dele que, em tudo o que for condizente ao mesmo real serviço se haverá com a execução que se requer, desempenhando o conceito que de sua pessoa formo⁴⁵.

Em paralelo, temos o caso de Manuel Cardoso Pinto. Em 5 de fevereiro de 1773, o oficial teve confirmada sua nomeação ao cargo de capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito de Gouveia, na Comarca do Serro do Frio, a partir da expedição de sua carta patente⁴⁶. O trecho no qual o Conde de Valadares oficializa sua nomeação é o seguinte:

Atendendo a boa fidelidade, zelo, e prontidão com que se tem portado no real serviço Manoel Cardozo Pinto, homem pardo, e esperar dele o que for condizente ao real serviço se haverá com a execução que se requer desempenhando o conceito que de sua pessoa formo⁴⁷.

A ordenança de Pé, tropa a qual João Pinto Coelho e Manuel Cardoso Pinto foram nomeados, tinha como objetivo principal preservar a tranquilidade e o sossego da localidade onde atuavam. Os integrantes dessas ordenanças não receberiam soldo, nem armamentos e equipamentos para auxiliar no desempenho de suas atividades⁴⁸. Mesmo assim, o acesso às patentes dessas companhias de ordenança representava um tipo de status social significativa em relação ao universo de possibilidades e escolhas posto.

⁴⁴AHU-Minas Gerais, cx. 95, doc. 47.

⁴⁵Idem.

⁴⁶AHU-Minas Gerais, cx. 104, doc. 29.

⁴⁷Idem.

⁴⁸COTTA, op. cit., p. 73.

Considerando que a mobilidade não se pautava meramente no enriquecimento, antes, priorizava-se a reputação social⁴⁹, observa-se nas cartas patentes dos indivíduos analisados como a organização social pré-estabelecida sob um conjunto de regras compartilhadas entre seus agentes não funcionava como um maquinário rígido⁵⁰. Sendo agentes ativos em sua própria história, esses sujeitos viam na organização militar colonial uma margem de manobra precisa e controlada, a partir da qual poderiam atingir a mobilidade social possível para sua condição no quadro estamental do Antigo Regime.

Outra documentação referente a João Pinto Coelho data de 24 de Outubro 1770, na qual o suplicante requer a D. José I sua confirmação “no exercício do referido posto”⁵¹. Embora tal requerimento seja posterior ao que analisamos anteriormente, conseguimos identificar uma informação que não conhecíamos anteriormente, a partir do seguinte trecho:

Diz João Pinto Coelho que o conde de Valadares governador das Minas Gerais o proveu no posto de capitão da ordenança de pé da Vila do Príncipe do Serro Frio, atendendo a ser alferes da mesma companhia, e proposto pela câmara da dita Vila, como se vê da patente junta, e porque se lhe faz preciso confirmá-la por vossa majestade⁵².

Em outro trecho do mesmo requerimento, escrito novamente pelo Conde de Valadares, encontramos a seguinte referência a João Pinto Coelho:

João Pinto Coelho alferes da mesma companhia, um dos propostos na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da mesma vila com assistência do capitão mor dela Liberato José Cordeiro, para o posto de capitão; e esperar do dito alferes que em tudo o de que for encarregado do real serviço se haverá com igual satisfação desempenhando o conceito que formo de sua pessoa.

A partir da análise desses trechos, podemos concluir que antes de ocupar o posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé, em 1769, João Pinto Coelho servia, anteriormente, como alferes. Sendo assim, ele já havia galgado degraus na hierarquia militar colonial no século XVIII devido à considerável “boa fidelidade, zelo e aptidão” com que exercia o posto. Outro dado interessante identificado é a menção feita ao fato de o requerente ter sido aquele que fora proposto pelos oficiais da câmara da mesma Vila (do Príncipe). Nesse contexto, é possível concluir que a rede de sociabilidades e relações de João Pinto Coelho o proporcionou ser proposto por tais oficiais a ascender

⁴⁹GUEDES, Roberto, op. cit., p. 341.

⁵⁰FRAGOSO e GOUVÊA, op. cit., p. 15.

⁵¹AHU-Minas Gerais, cx. 98, doc. 67

⁵²Idem.

de alferes para capitão, constituindo um exemplo do aumento de seu lugar de influência naquela sociedade altamente hierarquizada.

Outra documentação do mesmo sujeito data de 23 de Outubro de 1770, e trata exatamente do mesmo assunto: pedir confirmação do seu exercício do posto de capitão⁵³. A aparição seguinte no AHU data de 21 de Fevereiro de 1785⁵⁴. Embora não seja possível saber tudo o que decorreu na vida de João Pinto Coelho entre todos esses anos, sabe-se que, nesse requerimento, ele pede a D. Maria I para confirmá-lo no exercício do cargo de ajudante do 2º Regimento da Cavalaria Auxiliar do Serro do Frio. A partir de um dos trechos de sua nomeação, consta o seguinte:

E ser informado da aptidão, e haver servido quatro anos de cadete no regimento da cavalaria paga da guarnição desta capitania João Pinto Coelho de Sousa para exercer aquele posto; e esperar dele que em tudo o que for encarregado do real serviço e sua obrigação, se haverá com a mesma honra, e prontidão⁵⁵ [...]

Novamente, com este trecho, é identificada mais uma informação da ascensão militar de João Pinto Coelho: ele já havia servido por quatro anos como cadete no regimento da cavalaria paga. Tudo isso demonstra como no período de período de 16 anos (analisado brevemente e apenas com as informações que conseguimos resgatar) João Pinto Coelho inicialmente serviu como alferes, capitão, cadete e ajudante do 2º Regimento da Cavalaria Auxiliar.

Por último, a carta patente de confirmação desse indivíduo no último posto mencionado data de 3 de Março de 1785⁵⁶. Nela, vale destacar o seguinte trecho:

Hei por bem fazer-lhe mercê de o confirmar (como por esta confirmo) no posto de ajudante do segundo regimento de cavalaria auxiliar, da comarca do Serro do Frio, de que é coronel Thomaz de Aquino Cezar de Azevedo; com o qual posto haverá o soldo que lhe tocar, pago na forma de minhas reais ordens⁵⁷ [...]

Diante da transcrição da última documentação encontrada no AHU referente a João Pinto Coelho, é constatado que o posto ao qual estava sendo confirmado gozaria de soldo a ser pago na forma das reais ordens da rainha, D. Maria I, o que acrescenta à trajetória de mobilidade desse sujeito, que antes de 1769 ocupava o posto de alferes de

⁵³AHU-Minas Gerais, cx. 98, doc. 63

⁵⁴AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 17

⁵⁵Idem.

⁵⁶AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 20.

⁵⁷Idem.

uma companhia da ordenança de Pé (portanto, sem nenhum tipo de pagamento) e, em 1785, passou a ocupar um posto de maior influência e prestígio, além de receber soldo.

Nesse ínterim, Ana Paula Pereira Costa, em menção à Francis Cotta, destaca como a posse de uma patente militar dava aos negros, mestiços e pardos lugares de destaque na sociedade mineira do século XVIII, propiciando-lhes considerável poder a partir do momento em que comandavam grandes contingentes de soldados⁵⁸. Nesse sentido, João Pinto Coelho e Manuel Cardoso Pinto, apesar de identificados como homens pardos, souberam se utilizar do sistema de normas repleto de incoerências para se alavancarem socialmente por meio da posse de patentes, em conformidade com a chamada teoria dos jogos, que considera sempre a variabilidade do lucro como decorrência da imprevisibilidade. Afinal, a patente militar abria caminho para uma relativa mobilidade social, mesmo numa sociedade escravista extremamente hierarquizada⁵⁹ e, como afirmado por Roberto Guedes, a sociedade estamental-escravista necessitava de um grau de elasticidade suficiente para preservar-se, e a mobilidade social cumpria esse papel. Já a carta patente de Manuel Cardoso Pinto menciona seu reconhecimento como capitão da companhia à qual foi nomeado, dizendo:

E como tal o trate e honre e estime e oficiais subalternos e soldados dela em tudo lhe obedçam e cumpram suas ordens de palavra e por escrito no que pertencer ao real serviço tão pontualmente como devem e são obrigados⁶⁰.

Diante dessas afirmações, é possível observar o “vínculo duplo” do qual Elias fala, e como este começa a funcionar mais abertamente e o faz de maneira crescente quando a desigualdade de dependência, sem desaparecer, diminui, por sua vez, no momento em que o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos *outsiders*⁶¹. As especificidades da colônia, somadas à concepção das autoridades portuguesas de que os corpos de ordenanças funcionariam como um instrumento pedagógico, a mostrar a cada vassalo o seu lugar na ordem da sociedade⁶², favoreceram a negociação e a concessão de determinadas posições sociais para esses indivíduos. Afinal, os grupos *outsiders*

⁵⁸COSTA, Ana Paula Pereira. **Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio**: notas de pesquisa. Estudos Ibero-Americanos, v. 42, n. 2, p. 566-567.

⁵⁹COTTA, op. cit., p. 2010: 65.

⁶⁰AHU-Minas Gerais, cx. 104, doc. 29.

⁶¹ELIAS e SCOTSON, op. cit., p. 33.

⁶²COSTA, op. cit., p. 44.

exerciam pressões tácitas ou agiam abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior⁶³.

Por meio da análise das cartas patentes dos sujeitos destacados, pode-se perceber que a inserção no universo militar colonial funcionava como parte crucial da construção das redes baseadas na organização sistemática de recursos diferenciados por meio da ação e de estratégias político-econômicas, estas acionadas em múltiplas escalas espaciais e sociais⁶⁴. Os casos de João Pinto Coelho e Manuel Cardoso Pinto exemplificam como era possível indivíduos identificados como pardos tirarem proveito das brechas que cotidianamente eram apontadas nos diversos cenários sociais que compunham o império português.

3.2 Francisco José de Aguilar – estratégias de negociação de um pardo que conseguiu galgar degraus da hierarquia estamental do Antigo Regime

A primeira referência a Francisco José de Aguilar encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino, mediante site do Projeto Resgate, data de 1760. Ao requerer a concessão de uma licença de seu posto “para vir ao reino tratar dos seus assuntos”⁶⁵, ele se identifica como cabo da esquadra do regimento de Dragões, em Minas Gerais. Na ocorrência seguinte, de 26 de Outubro de 1772, temos acesso a um decreto de D. José I, o qual nomeia Francisco José de Aguilar para o cargo de capitão da companhia de Dragões de Minas.

Hei por bem nomear para capitão da companhia de Dragões, que na capitania das Minas Gerais, se acha sem oficial, que a comande, pela prisão, e impossibilidade de Simão da Cunha Pereira, a Francisco José de Aguilar, alferes de Dragões de uma das três companhias da guarnição das referidas Minas. O conselho ultramarino o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessários.⁶⁶

A partir desse decreto, vemos que Francisco José de Aguilar, antes identificado como cabo de esquadra em 1760, passa a ser capitão da companhia de Dragões na capitania de Minas Gerais, devido à prisão de Simão da Cunha Pereira. No trecho destacado, verificamos também que, antes de assumir tal posto, o suplicante já não constava como cabo de esquadra, e sim como alferes de Dragões de uma das três companhias da guarnição de Minas. Em um requerimento feito pelo mesmo sujeito em

⁶³ELIAS e SCOTSON, op. cit., p. 37.

⁶⁴FRAGOSO e GOUVÊA, op. cit., p.23.

⁶⁵AHU_ACL_CU_011, Cx. 75\Doc. 13.

⁶⁶AHU_ACL_CU_011, Cx. 103, doc. 67.

6 de Fevereiro de 1775, identificamos que tal nomeação diz respeito ao regimento do Serro Frio, quando pede que sejam passadas “mais vias da patente de confirmação”⁶⁷

No ano seguinte, em 19 de Agosto de 1776, temos acesso a um requerimento de Francisco José de Aguilar pedindo que seja confirmada sua nomeação ao posto de sargento-mor dos Regimentos Auxiliares da Comarca do Serro Frio.⁶⁸ Abaixo, o trecho principal de sua nomeação:

Atendendo a Francisco José de Aguilar, ter servido muitos anos nas tropas pagas desta capitania e ultimamente em o posto de capitão dos dragões, com atividade, zelo e prontidão, e esperar dele que em tudo o de que for encarregado do real serviço se haverá com honra, e acordo, desempenhando o conceito que formo de sua pessoa.⁶⁹

A ascensão militar gradual de Francisco José de Aguilar, a qual observamos sucintamente de 1760 a 1776, exemplifica como o agente social, ator de sua própria história, consegue detectar uma margem de manobra precisa e controlada, e dela tirar vantagens. A partir da análise de sua “gama de possíveis” e entendendo que tais pessoas se utilizavam a todo o momento da teoria dos jogos, percebemos como a dependência e a submissão desses indivíduos não devem ser entendidas apenas de forma unilateral. É preciso atentar para o interesse do dependente pela dependência, do submisso pela submissão, pois estas podem ser estratégicas, servindo como uma maneira de tentar aumentar a segurança em meio aos recursos indisponíveis e às incertezas dos intentos⁷⁰.

No decorrer de dezesseis anos que temos conhecimento, Francisco José de Aguilar ascendeu militarmente e, considerando que a posse de uma patente militar dava aos mestiços e pardos lugares de destaque na sociedade mineira dos Setecentos⁷¹, entendemos que sua escalada na instituição militar reflete sua mobilidade na pirâmide social do Antigo Regime. Sabemos que as estratégias de ascensão resultavam da combinação de trabalho, estabilidade familiar, solidariedade intragrupal e aliança com as elites⁷², sendo que a promoção a outros cargos militares constituía apenas uma parte desse processo lento e gradual, mas chegamos a essa conclusão considerando a patente militar como caminho para uma relativa mobilidade social, mesmo numa sociedade escravista extremamente hierarquizada⁷³.

⁶⁷AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 7.

⁶⁸AHU-Minas Gerais, cx. 110, doc. 19.

⁶⁹Ibid.

⁷⁰GUEDES, op. cit., p. 365-366.

⁷¹COTTA, op. cit., p. 112.

⁷²GUEDES, op. cit., p. 340.

⁷³COTTA, op. cit., p. 65.

Então, mesmo que não saibamos quais foram exatamente as estratégias empreendidas por Francisco José de Aguilar, muito menos se ele obteve o resultado esperado em todas elas, sabemos que no período analisado ele se distanciou do cargo inicial de cabo de esquadra e chegou ao de sargento-mor dos Regimentos Auxiliares. Nossa análise se reteve exclusivamente à documentação digitalizada no Arquivo Histórico Ultramarino. Por isso, não tivemos como empreender uma pesquisa mais específica sobre esse sujeito e também não era esse o objetivo do trabalho.

Contudo, de acordo com os documentos analisados, observamos como a justificativa dada para a nomeação de Francisco José de Aguilar ao último posto, de 1776, foi o fato de ter servido muitos anos nas tropas pagas daquela capitania “com atividade, zelo e prontidão”⁷⁴, elucidando, assim, a lógica de obrigação moral do governo em lhe retribuir devido aos seus serviços à Coroa, sendo ele pardo ou não. Enquanto sua nomeação de alferes para capitão se deu pela falta de oficial naquela companhia, funcionando como algo mais impessoal e imprevisível, sua última nomeação (de sargento-mor) exemplifica um desenvolvimento de seus relacionamentos, que se baseou na submissão com a intenção de se beneficiar no futuro, ao que obteve sucesso. Podemos concluir que Francisco José de Aguilar soube se aproveitar de ações paralelas e de sua relação com outras pessoas, configurando-se com exemplo do conceito que ficou conhecido na historiografia como “excepcional normal”⁷⁵. Diante de seu caso, podemos imaginar que outros tenham conseguido obter êxito similar em suas estratégias que, embora imprevisíveis e repletas de incerteza, buscavam sempre a melhoria social.

3.3 O caso de João da Fonseca Barros – a luta para modificar o equilíbrio do poder:

Encontramos três aparições de João da Fonseca Barros no site do Arquivo Histórico Ultramarino. A primeira delas data de 8 de Agosto de 1754, e diz respeito a petição da confirmação da sua nomeação ao posto de alferes da companhia que contava com Francisco Lopes Campos como capitão⁷⁶. Neste primeiro documento, como já constatamos, João da Fonseca Barros pede para ter sua nomeação confirmada em um posto de baixa patente, em uma companhia nem mesmo identificada, na localidade do arraial do Milho Verde, comarca do Serro Frio. Ao longo da documentação, sua petição

⁷⁴AHU-Minas Gerais, cx. 110, doc. 19.

⁷⁵ROSENTAL, op. cit., p 154.

⁷⁶AHU-Minas Gerais, cx. 65, doc. 26.

é atendida, e tendo sua nomeação confirmada pelo capitão da companhia, João da Fonseca Barros, que diz:

Por se achar vago o posto de alferes da minha companhia de que sou capitão do arraial do Milho Verde e também de que *era o alferes João Francisco o qual é falecido nomeio a João da Fonseca Barros para ocupar o dito posto por correr nele os requisitos necessários*⁷⁷ havendo assim por bem o meu capitão mor senhor Bernardo da Fonseca Lobo.
Francisco Lopes Campos

No trecho destacado, o capitão Francisco Lopes Campos articula algumas justificativas para nomear João da Fonseca Barros no posto de alferes. Primeiramente, ele diz que o posto se achava vago devido o falecimento do antigo oficial, identificado como João Francisco. Além disso, o capitão afirma que João da Fonseca Barros pode ocupar o referido posto por ser achado nele os “requisitos necessários” para exercer sua função.

A partir dessas informações, podemos tirar algumas conclusões iniciais e preliminares. A primeira delas diz respeito ao fato de João da Fonseca Barros ter sido favorecido pela imprevisibilidade das ações sociais, algo apontado previamente por Fredrik Barth. Sabemos que a inserção dos mestiços e negros libertos nas milícias era permeada por aspectos estratégicos. Podemos presumir que tais estratégias inseriam-se dentro de sua “gama de possíveis”, ou seja, do universo de possibilidades de ações que lhe estavam disponíveis, considerando-o enquanto *outsider* na sociedade estamental e profundamente hierárquica de Antigo Regime.

Embora não tenhamos como averiguar todas as possibilidades disponíveis a João da Fonseca Barros, o que nós, de fato, sabemos, é que ele optou por lançar mão da carreira militar ao requerer a confirmação de sua patente de alferes. Portanto, tendo em vista a teoria dos jogos, também articulada por Fredrik Barth, concluímos que esse sujeito, ainda que em sua posição de *outsider* em relação a seus a outros grupos elitistas considerados socialmente superiores a ele, buscou na instituição militar uma forma de se deslocar de seu lugar inicial para, na medida do possível em seu tempo e espaço, *estabelecido* em relação a outros grupos sociais.

Mais adiante, encontramos outra referência a João da Fonseca Barros no AHU, datada de 4 de Fevereiro de 1767, portanto, 13 anos depois de ser confirmado no posto de alferes. Este documento, por sua vez, trata de uma representação de João da Fonseca

⁷⁷Grifo meu.

Barros, agora como juiz dos órfãos da comarca do Serro Frio, sobre a oposição ao pelouro para que foi eleito, por 3 anos, no termo da Vila do Príncipe, pelo inquiridor contador e distribuidor geral⁷⁸. Acerca disto, o representante afirma:

Representa a vossa majestade o *juiz de órfãos que no ano próximo saiu eleito*⁷⁹ no pelouro que se abriu para servir no tempo de três anos no termo da Vila do Príncipe comarca do Serro do Frio: o caso ocorrente para vossa majestade pela sua inata piedade é dar a providência que parecer justa⁸⁰ [...]

No documento anteriormente apresentado, tivemos acesso à fala do capitão da companhia acerca de João da Fonseca Barros. Ou seja, pudemos verificar como seu superior o avaliava e quais justificativas articulou para atender sua petição. Nesta segunda ocorrência, temos a oportunidade de analisar como o próprio sujeito se identifica e se relaciona com seu superior, vossa majestade. Ademais, verificamos também que, decorridos 13 anos de sua nomeação como alferes, ele se apresenta como juiz dos órfãos, cargo de maior prestígio e reconhecimento social dentro dos quadros do Antigo Regime nos trópicos. Sendo assim, ele teria se deslocado de seu lugar inicial de estigma enquanto simples alferes, para, a partir de 1766, ocupar lugar social de maior prestígio verificado pelo posto de juiz de órfãos, mesmo não sendo de cor, tendo maior proximidade com o passado escravista estigmatizador da América portuguesa.

Destarte, a terceira aparição de João da Fonseca Barros no AHU data de 2 de Março de 1769. Desta vez, ele requereu a confirmação, em carta patente, de sua nomeação ao posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé, do distrito de Itambé, termo da Vila do Príncipe, comarca do Serro Frio⁸¹. Sobre esta nomeação, é interessante destacarmos a seguinte afirmação:

e ser preciso prover-se o dito posto de capitão para o sobredito distrito do Itambé em pessoa assistente nele de *conhecida inteligência, zelo, e atividade, e concorrerem estas circunstâncias na do alferes atual João da Fonseca Barros, segundo o exame a que se lhe procedeu nas evoluções militares, e aritmética, e ser um dos propostos na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da dita vila*⁸² com assistência do capitão mor dela para exercer o dito posto; e esperar do dito alferes que em tudo o de que for encarregado do real serviço, se haverá com igual satisfação desempenhando o conceito que de sua pessoa formo⁸³.

⁷⁸AHU_ACL_CU_011, Cx. 90\Doc. 7

⁷⁹Grifo meu.

⁸⁰Idem.

⁸¹AHU-Minas Gerais, cx. 92, doc. 22

⁸²Grifo meu.

⁸³Idem.

O que podemos observar a partir dessa citação e, de forma geral, no caso de João da Fonseca Barros, é o momento a partir do qual os grupos *outsiders* tornam-se necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando passam a ter alguma função a desempenhar para estes. Dessa forma, o vínculo duplo começaria a funcionar mais abertamente, fazendo-se de maneira crescente quando a desigualdade de dependência, sem desaparecer, diminui, a partir do momento em que o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos *outsiders*⁸⁴. Com isso, a relação entre os dois grupos estaria sempre pautada em lutas para modificar o equilíbrio do poder. Essa luta constante é observada, no caso do universo bélico, a partir da constante tentativa de oficiais pretos e pardos ascenderem a postos militares de maior prestígio, percorrendo, também, caminhos transversais, como a nomeação a juizados, câmaras ou participações em irmandades e confrarias religiosas. O intuito, por sua vez, é o de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior; então, suas ações funcionam como pressões tácitas ou mesmo abertas⁸⁵, a fim de se beneficiarem das brechas dispostas pelo sistema do Antigo Regime nos trópicos, aqui analisado.

O trecho destacado em itálico na citação acima indica a legitimação e aprovação de João da Fonseca Barros por seu superior, Luis Diogo Lobo da Silva, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais, que expediu sua carta patente de capitão da Ordenança de Pé ao qual foi nomeado. Esse é o momento em que verificamos como o grupo de estabelecidos também exerce pressões a fim de preservar ou aumentar seu diferencial. Entendemos também que, um grupo só consegue estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído⁸⁶. Ao afirmar que João da Fonseca Barros procedeu com inteligência e zelo, e tendo sido proposto “na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da dita vila”, o estigmatizador está, na verdade, referendo sua posição superior enquanto aquele que dita as normas a partir das quais o estigmatizado pode ascender. Então, o *estabelecido* dita as regras e também as limita ao *outsider*, à medida que confere a este uma abertura, ou mesmo brechas no sistema, funcionando, estas, como mecanismos de controle e referendação de seu *locus* inferior de *outsider*.

Por outro lado, o comportamento social não depende da obediência mecânica a um sistema de normas. Ao contrário, sua explicação impõe a consideração da posição

⁸⁴ELIAS e SCOTSON, op. cit.

⁸⁵Ibid, p. 37.

⁸⁶Ibid, p. 32.

particular de cada membro da população estudada⁸⁷, a saber, os indivíduos pretos e pardos da comarca do Serro Frio que vêm na instituição militar um meio de galgar degraus na hierarquia social. Logo, simultaneamente ao processo de referendação do grupo *estabelecido* como detentor do poder e controle das normas, há um processo de ramificação intragrupal dos *outsiders*, que se aproveitam das brechas do Antigo Regime e alargam seu horizonte de expectativas a partir da abertura de novas possibilidades de mobilidade dispostas ao seu espaço de experiência. Ou seja, ao mesmo tempo em que as estratégias de mecanismos de controle social são criadas pelo grupo de *estabelecidos*, estas mesmas estratégias resultam de pressões exercidas ao longo do tempo pelo grupo de *outsiders* que objetiva reduzir os diferenciais de poder responsáveis pela sua classificação inferior.

A conquista dessas novas possibilidades de diferenciação social constitui a ampliação do que Reinhart Koselleck chamou de “espaço de experiência”. Entendemos a experiência como: o passado no qual foram incorporados acontecimentos a serem lembrados. A partir disto, é neste espaço que se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento. Quanto à expectativa, a entendemos como o futuro-presente, ligado ao que ainda não foi experimentado e, portanto, só pode ser previsto. Concordamos com o autor que as experiências se superpõem e, com isso, novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas⁸⁸. Entendemos também que o fator responsável por estender o horizonte de expectativas seria o espaço de experiência⁸⁹. Logo, as especificidades da sociedade da América portuguesa – como a diversidade étnico racial e o contexto escravista – levaram à adaptação do Antigo Regime lusitano clássico. Isso abriu brechas no sistema, aumentando sua “gama de possíveis” quanto às possibilidades de mobilidade social, e proporcionaram uma ramificação do grande grupo de *outsiders* em uma hierarquização intragrupal própria, também dividida entre *estabelecidos* e *outsiders*, e o caso de João da Fonseca Barros ilustra bem essa realidade no contexto da sociedade mineira setecentista.

⁸⁷ ROSENAL, op. cit., p. 154.

⁸⁸ KOSELLECK, op. cit., p. 309-310.

⁸⁹ Ibid, p. 313.

3.4 Manuel Antônio dos Santos Rocha – estabelecido ou outsider no Antigo regime nos trópicos?

Manuel Antônio dos Santos Rocha é identificado em dois documentos no AHU. O primeiro deles data de 3 de Novembro de 1768 e, nele, encontramos a carta patente de confirmação desse sujeito no posto de capitão da companhia da Ordenança de Pé do arraial da Parauna e Pousos Altos, termo da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio⁹⁰. Ao longo da carta, identificamos que o indivíduo em questão ocupava anteriormente o posto de alferes, como podemos conferir na citação:

e ser preciso prover-se o dito posto, para a melhor regularidade, da forma militar, e expedição das ordens, em pessoa assistente no distrito de conhecida inteligência, zelo, e atividade, e concorrerem estas circunstâncias na do *alferes Manuel Antônio dos Santos Rocha*⁹¹, um dos propostos na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da dita vila, com assistência do capitão mor dela⁹² [...]

Mais à frente, na mesma carta, o capitão e governador general da capitania de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva, aponta alguns privilégios do posto:

e os oficiais maiores, o reconheçam, por capitão da companhia da ordenança do referido distrito, e como tal, o tratem, honrem, e estimem, e deixem servir e exercer o dito posto, e aos oficiais e soldados seus subordinados em tudo lhe obedeçam e cumpram suas ordens de palavra e por escrito no que pertencer ao real serviço, tão pontualmente como devem e são obrigados⁹³.

Na segunda documentação de Manuel Antônio dos Santos Rocha presente no AHU, ele pede carta patente de confirmação, dessa vez do posto de sargento-mor reformado ao corpo das Ordenanças de Pé do termo da Vila do Príncipe⁹⁴. Mais uma vez observamos como o a abrangência da “gama de possíveis” desses sujeitos, ainda que estigmatizados e detentores de um leque de opções limitadas, ampliou as possibilidades de seu espaço de experiência e, conseqüentemente, alargou seu horizonte de expectativas. Manuel Antônio dos Santos Rocha, homem *outsider*, chegou ao cargo militar de sargento-mor reformado do corpo das Ordenanças de Pé da Vila do Príncipe, no ano de 1782, recebendo recompensas pelos seus anos de serviços prestados à Coroa:

Conferindo lhe o devido premio a seus merecimentos, dos muitos anos que com tanta honra, zelo e prontidão se fez distinguir entre os bons serviços da mesma senhora [...]lhe dará pose e juramento dos Santos evangelhos na forma do regimento e ordens e o devido tratamento e

⁹⁰AHU-Minas Gerais, cx. 93, doc. 46

⁹¹Grifo meu.

⁹²AHU-Minas Gerais, cx. 93, doc. 46

⁹³Idem.

⁹⁴AHU-Minas Gerais, cx. 118, doc. 41

honra de sargento maior reformado; cujo posto lhe confiro em prêmio de seus relevantes serviços e da mesma forma e como tal o estimarão os oficiais e soldados daquele corpo⁹⁵ [...]

Tanto na penúltima quanto na última citação, verificamos a ilustração da complexidade das relações sociais entre os grupos em questão. Por um lado, Manuel Antônio dos Santos Rocha ascendeu de alferes para capitão, e, depois, para sargento-mor reformado, não se encontrando mais na mesma posição de *outsider* que antes. Por outro lado, na primeira situação, em que ascende de alferes para capitão, mesmo sendo reconhecido como capitão da companhia e sendo devidamente reconhecido por outros oficiais, ele ainda se encontrava na posição de estigma com relação aos oficiais maiores, mesmo que tivesse obtido sucesso em reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior. Porém, ele também ascende como *estabelecido* em relação aos soldados subordinados à sua posição, que em tudo lhe deviam obedecer e cumprir suas ordens.

Na última citação, vemos novamente essa relação, mas, dessa vez, acrescido ao recebimento de prêmios, além do título propriamente dito, por seus longos anos de serviço à Coroa que, em sua economia de mercês, sabe como recompensar devidamente os anos de devoção com honra, zelo e prontidão de seus súditos. Manuel Antônio dos Santos Rocha galgou degraus na hierarquia social do Antigo Regime ao investir, dentro de seu espaço de experiência, naquilo que seu horizonte de expectativas propunha, ao que obteve sucesso. Ao mesmo tempo em que se deslocou de sua posição de *outsider*, passando a ocupar a posição de *estabelecido* dentro de seu próprio grupo social, ele funciona, para as grandes elites, como referencial exemplar daqueles que aceitam o controle dos grandes *estabelecidos* e que ampliam sua “gama de possíveis” até determinado ponto. De certa forma, o mecanismo de controle e prevenção de revoltas está posto na relação de recompensar os serviços prestados com honra e zelo, pois referenda o caráter inferior dos grupos de pretos e pardos que, a duras penas, galgam degraus na hierarquia, mas nunca conseguem inverter a balança de poder. O máximo que conseguem é reduzir esses diferenciais de inferioridade e, também, colocar-se enquanto *estabelecido* dentro de seu próprio grupo social, apenas reforçando essas categorias de diferenciação pré-existentes.

⁹⁵Idem.

Considerações finais

Esse trabalho buscou demonstrar como muitos indivíduos de cor souberam se aproveitar das especificidades da colônia para ascenderem na hierarquia militar por meio da obtenção de patentes de oficiais. A configuração inicial do Antigo Regime não comportava essas identidades; sendo assim, eles resignificaram o sistema e se utilizaram de sua “gama de possíveis” para se mobilizarem dentro do âmbito militar.

A análise fragmentada dos casos de João Pinto Coelho, Manuel Cardoso Pinto e José Ferreira Aguiar possibilitam a conclusão da existência, na América portuguesa, do “vínculo duplo” analisado por Elias. Aproveitando-se dos valores incorporados a partir da interação desigual entre a concepção corporativa e os valores trazidos por vários grupos sociais diferentes que ali chegaram⁹⁶, eles elevavam seu *status* e aumentavam as chances de mobilidade social dentro de seus determinados grupos.

Ainda, ao analisarmos de forma breve e sucinta as trajetórias militares de João da Fonseca Barros e de Manuel Antônio dos Santos Rocha, podemos concluir que a inserção de indivíduos antes não previstos nos quadros do Antigo Regime lusitano clássico proporcionou a adaptação desse sistema à realidade dos trópicos. Dessa forma, pudemos perceber de modo prático como os sujeitos em questão procuravam, a todo o instante, se beneficiarem do sistema em que estavam inseridos, se utilizando, muitas vezes, das próprias regras que eram postas a eles. Sendo assim, ao lançarem mão da tentativa de ascenderem em postos militares, exerciam pressões que tinham o intuito de minimizar seu lugar inferiorizado e estigmatizado naquela sociedade. Isso demonstra sua consciência do mundo em que viviam, ao mesmo tempo em que demonstra como suas ações, ainda que micro, influenciavam o cenário macro estrutural.

É importante, também, pensar o avanço nos estudos de História Militar no Brasil atrelado às mudanças de paradigmas de pesquisa surgidos, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Assim, é possível compreender melhor o universo desses sujeitos que – embora identificados nessas documentações como militares – tratavam-se de indivíduos muito mais complexos, inseridos em uma série de outras relações, dentre elas, a militar.

Destarte, a associação dos estudos militares com os diferentes campos de pesquisa histórica – a saber, a história política, social, econômica, cultural, além de outros – fomenta o entendimento das motivações, bem como das perdas e dos ganhos

⁹⁶FRAGOSO e GOUVÊA, op. cit., p. 16.

dessas pessoas. Nessa perspectiva, cabe salientar a associação aqui feita entre uma História Militar de cunho social com a linha da História dos Conceitos, a partir, sobretudo, de Reinhart Koselleck. Os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” nos auxiliam a entender como as especificidades da sociedade da América portuguesa – como a diversidade étnico racial e o contexto escravista – levaram à adaptação do Antigo Regime lusitano clássico, proporcionando a abertura de brechas no sistema que foram responsáveis por ampliar as possibilidades de mobilidade social, sobretudo desses grupos, em comparação a seus antepassados e suas expectativas iniciais. Da mesma forma, tais possibilidades de mobilidade social, inéditas até então, proporcionaram, também, uma ramificação do grande grupo de *outsiders* em uma hierarquização intragrupal própria, também dividida entre *estabelecidos* e *outsiders*.

Portanto, entendemos que esta reestruturação no grupo de pretos e no grupo de pardos na Comarca do Serro Frio (Distrito Diamantino) no período abordado significou um ampliação do espaço de experiência desses sujeitos na época e local em que estavam inseridos. Consequentemente, as novas possibilidades de mobilidade social – dadas à alguns mais do que a outros – resultaram no alargamento de seu horizonte de expectativas. Logo, ao mesmo tempo em que a Coroa portuguesa se utilizava de diversos meios para controlar, sobretudo, essa parcela da população (a fim de evitar revoltas e assegurar sua fidelidade ao rei), os grupos estigmatizados em questão souberam se aproveitar dessas tentativas de controle para galgarem degraus na hierarquia estamental da sociedade de Antigo Regime.

Tendo em vista a perspectiva de Norbert Elias de que o indivíduo só existe nas suas relações, entender esses aspectos significa entender melhor a própria sociedade a qual ele pertencia. Por fim, significa entender melhor a própria sociedade colonial.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 65, documento nº 26, 1754. Requerimento de João da Fonseca Barros, morador no arraial do Milho Verde, e alferes da companhia de que é capitão Francisco Lopes Campos, pedindo confirmação na serventia do referido posto.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 75, documento nº 13, 1760. Requerimento de Francisco José de Aguiar, cabo de esquadra do Regimento dos Dragões em Minas Gerais, solicitando a concessão de licença para vir ao Reino tratar dos seus assuntos.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 90, documento nº 7, 1767. Representação de João da Fonseca Barros, juiz dos órfãos da comarca do Serro Frio, sobre a oposição ao pelouro para que foi eleito, por 3 anos, no termo da Vila do Príncipe, pelo inquiridor contador e distribuidor geral.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 92, documento nº 22, 1769. Requerimento do alferes João da Fonseca Barros, pedindo carta patente de confirmação do posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé, do distrito de Itambé, termo da Vila do Príncipe.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 93, documento nº 46, 1768. Requerimento de Manuel Antônio dos Santos Rocha, pedindo carta patente de confirmação do posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé, do distrito do arraial da Parauna e Pousos Altos, termo da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 95, documento nº 47, 1769. Carta patente passada pelo Conde de Valadares, governador das Minas, nomeando a João Pinto Coelho no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 98, documento nº 63, 1770. Requerimento de João Pinto Coelho, capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos da Vila do Príncipe, solicitando a D. José I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 98, documento nº 67, 1770. REQUERIMENTO de João Pinto Coelho, capitão da Ordenança de Pé da Vila do

Príncipe, Comarca do Serro do Frio, solicitando a D. José I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 103, documento nº 67, 1772. Decreto de D. José I, nomeando Francisco José de Aguiar no cargo de capitão da Companhia de Dragões de Minas.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 104, documento nº 29, 1773. Requerimento de Manuel Cardoso Pinto, capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito de Gouveia, na Comarca do Serro do Frio, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 108, documento nº 7, 1775. Requerimento de Francisco José de Aguiar, pedindo que lhe sejam passadas mais vias da patente de confirmação porque foi confirmado no posto de capitão de Dragões do regimento do Serro do Frio.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 109, documento nº 28, 1776. Carta patente (cópia) por que D. José I nomeou Francisco José de Aguiar no posto de capitão de uma Companhia de Dragões de Minas.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 110, documento nº 19, 1776. Requerimento de Francisco José de Aguiar, sargento-mor dos regimentos auxiliares da Comarca do Serro do Frio, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 118, documento nº 41, 1782. Requerimento de Manuel Antônio dos Santos Rocha, pedindo carta patente de confirmação do posto de sargento-mor reformado e encostado ao Corpo das Ordenanças do Termo da Vila do Príncipe.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 123, documento nº 17, 1785. Requerimento de João Pinto Coelho de Sousa, ajudante do 2º Regimento Auxiliar do Serro do Frio, solicitando a D. Maria I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo.

AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 123, documento nº 20, 1785. Carta patente de confirmação de D. Maria I, concedendo a João Pinto Coelho de Sousa, o exercício no posto de ajudante do 2º Regimento de Cavalaria Auxiliar da Comarca do Serro do Frio.

Bibliográficas:

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas variações. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

COSTA, Ana Paula Pereira. **Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

_____. **Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio**: notas de pesquisa. Estudos Ibero-Americanos, v. 42, n. 2, p. 560-581.

COTTA, Francis Albert. **Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

_____. **Militares negros numa sociedade escravista**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. **Além do acidente pardo**: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807). Dissertação (mestrado) – Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CRUZ, Miguel Dantas da. **A nomeação de militares na América portuguesa**: Tendências de um império negociado. Varia História, Belo Horizonte, Vol. 31, nº 57, p. 673-710, Setembro/Dezembro 2015.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: _____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos Trópicos a Na Trama das Redes. In: _____ (Orgs.). **Na Trama das Redes: Política e negócios no império português, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. **A história do Vale do Jequitinhonha**. Cadernos do LESTE, vol. 1, set. de 2018.

JUNIOR, Renato Jorge Paranhos; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **História Política, História Social e História Militar**: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum. *Revista Brasileira de História Militar*, ano III, n. 8, p. 85-88.

KOSELLECK, Reinhart. “**Espaço de experiência**” e “**horizonte de expectativa**”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARA, Silva Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar**: Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. In: MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 105-106.

_____. **Os corpos de ordenanças e auxiliares**. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº 45, p. 29-56, 2006.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Esboço crítico da historiografia militar brasileira**. *Escritas*, vol. 5, n. 1, p. 102-108.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PARENTE, Paulo André Leira. **A construção de uma nova história militar**. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano I, edição especial de lançamento, Dezembro 2009.

RAMINELLI, Ronald. **Impedimentos da cor**. Mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 28, nº 48, p. 699-723, Julho/Dezembro 2009.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. **A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750-1777)**. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho 2011, p. 8.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de. **A Guerra Luso-Castelhana E O Recrutamento de Pardos e Pretos**: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo E Pernambuco, 1775-1777). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – 2007, vol. 13 nº 38.

_____. **Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa**: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVIII e XVIII. *Revista de História São Paulo*, nº 169, p. 111-144, Julho/Dezembro 2013.

_____. **Indivíduo e sociedade**. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes de livres e libertos na América portuguesa (1684-1768). *Revista Tempo*, Vol. 23, nº 2, p. 175-203, Maio/Agosto 2017.